



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS
DO QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE MACAÉ – MACAEPREV
EDITAL Nº 02/2024

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO
FORMAÇÃO EM DIREITO
NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia a frase a seguir.

Escreve-se a história para narrar e não para provar.

Sobre a estruturação e significação dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “história” poderia ser adequadamente substituído por “estória”.
- (B) O termo “para narrar” equivale a “para que se narre”.
- (C) O conectivo e, na frase dada, tem valor de adição.
- (D) “Escreve-se” mostra sujeito indeterminado.
- (E) O conectivo indica valor de modo.

2

Leia com atenção o texto a seguir, incluído em um informe publicitário de www.planetasustentavel.com.br.

O que deve mudar no clima?

Estimativas preliminares indicam que a elevação da temperatura global provocará um aumento da evaporação da água dos solos e alterações no balanço hídrico. Fenômenos que levariam, por exemplo, a uma redução do cultivo de plantas de clima temperado no Brasil. Ao mesmo tempo, haveria uma redução de geadas no sul, sudeste e sudoeste do país, o que beneficiaria culturas adaptadas ao clima tropical nessas áreas.

Também são previstas modificações na circulação atmosférica próxima à superfície, o que impactaria o potencial de geração de energia eólica do Brasil, considerado um dos maiores do mundo.

Sobre a estruturação ou a significação dos elementos desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O objetivo principal da campanha enunciada acima é promover mudanças de cultivo em alguns pontos do Brasil.
- (B) A consequência das alterações meteorológicas que mais afetariam a vida dos brasileiros é a que impacta o potencial de geração de energia eólica no país.
- (C) A construção de frases e parágrafos apresenta uma organização e estruturação clara e, por isso, a linguagem é de fácil compreensão, o que é adequado em um anúncio publicitário.
- (D) Na linha 4 do texto, a palavra *fenômenos* refere-se globalmente a *estimativas preliminares, elevação da temperatura global, aumento da evaporação dos solos e alterações no balanço hídrico*.
- (E) A expressão por exemplo, nas linhas 3 e 4, expressa o sentido de retificação.

3

Os elementos de coesão estão destacados em todas as frases a seguir. Assinale o conector que tem seu valor semântico corretamente indicado.

- (A) Conforme o noticiário da noite, as reportagens do jornal paulista vão acrescentar novas informações à discussão. / *semelhança*.
- (B) As mudanças meteorológicas modificarão o sistema de plantio, por conseguinte o país poderá começar a produzir frutos diferentes. / *explicação*.
- (C) Todos os atletas participaram da competição, exceto os que já tinham sido eliminados nas provas anteriores. / *ressalva*.
- (D) A polícia chegou imediatamente, pegando os meliantes em flagrante delito. / *duração de tempo*.
- (E) Os prêmios serão possivelmente pagos ainda esta semana. / *afirmação*.

4

As frases a seguir mantêm relação de sentido com a proteção ao meio ambiente, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) As pontes construídas sobre os rios levaram meses para ficarem prontas.
- (B) Os rios passaram a mostrar menos força no fluxo de água após a construção da barragem.
- (C) As árvores da região sofreram com a seca antecipada, mas só algumas morreram.
- (D) A água potável certamente será uma das maiores riquezas de um país, futuramente.
- (E) O uso de certos combustíveis deve ser proibido futuramente, em função do prejuízo que trazem ao ar.

5

Leia o texto descritivo a seguir.

O dicionário era relativamente grosso, com uma capa de couro escura, coberta por uma folha amarela em que estavam escritas as informações sobre o tipo de livro que era.

Sobre a descrição acima, assinale afirmativa adequada.

- (A) Os adjetivos empregados no texto mostram qualidades do objeto descrito.
- (B) A descrição do dicionário só abrange marcas externas da obra.
- (C) O texto mostra poucas informações sobre o livro em função das limitações provocadas pela localização do observador.
- (D) O observador valoriza o produto descrito por meio de opiniões positivas.
- (E) O objeto descrito segue, em sua descrição, o movimento do todo para as partes.

6

Assinale a frase que mostra um jogo de palavras em sua construção.

- (A) Quem inventou o trabalho não tinha o que fazer.
- (B) Melhor do que roubar um banco é fundar um.
- (C) Apaixonar-se é criar uma religião que tem um deus falível.
- (D) Há dois tipos de esposas: a que arruma a casa e a que se arruma.
- (E) A melancolia é o prazer de estar triste.

7

Assinale a frase em que todos os sinais de pontuação estão corretamente empregados.

- (A) A única pergunta idiota, é aquela que você não faz.
 (B) Se você está seguindo no rumo errado, lembre-se: de que Deus encheu a estrada de retornos.
 (C) As ideias geniais são aquelas, que nos espantamos de não ter tido, antes.
 (D) O que prevemos raramente ocorre: o que menos esperamos geralmente acontece.
 (E) Os prazeres são relâmpagos; os sofrimentos, séculos.

8

Assinale a frase em que a passagem da voz ativa para a passiva com auxiliar foi feita de forma adequada.

- (A) A fúria provê as armas. / As armas são providas pela fúria.
 (B) A paz é o tempo em que os políticos dizem tolices. / A paz é o tempo de as tolices serem ditas
 (C) Bons sentimentos jamais criam boas estratégias. / Boas estratégias jamais foram criadas por bons sentimentos.
 (D) A flecha dignifica o alvo. / O alvo é dignificado pela flecha.
 (E) Guerra implica baixas. / Baixas foram implicadas pela guerra.

9

Assinale a opção cuja oração sublinhada tem o valor de consequência.

- (A) Fazer política é a arte de dividir o bolo de tal maneira que cada um pensa ter ficado com o pedaço maior.
 (B) A política depende mais ou menos dos políticos, assim como o tempo depende dos astrônomos.
 (C) Um poderoso faz-nos bastante bem, quando não nos faz mal.
 (D) A política não é nenhuma ciência, como supõem muitos senhores professores, é apenas uma arte.
 (E) Porque todo mundo quer viver à custa do governo, o governo acaba vivendo à custa de todo o mundo.

10

Assinale a frase que se enquadra entre textos injuntivos.

- (A) Faça sempre o bem, não importa a quem.
 (B) Os cidadãos de um país podem mudá-lo.
 (C) Para encontrar a resposta certa você deve fazer a pergunta certa.
 (D) O verão é mais incômodo que o inverno.
 (E) Sempre haverá um conflito entre o bom e o ótimo.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Sabe-se, sobre as alturas de 5 mulheres, que:

- Bianca tem 3 cm a menos que Alice;
- Carla tem 3 cm a mais que Dalva;
- Alice tem 20 cm a menos que Érica;
- Bianca tem 1,57 m de altura.

Com base nessas informações, é correto concluir que, entre as 5 mulheres,

- (A) Alice é a mais baixa.
 (B) Bianca é mais baixa que Érica.
 (C) Carla é mais alta que Alice.
 (D) Dalva é mais alta que Érica.
 (E) Érica é a mais alta.

12

Considere uma sequência infinita de números em que, a partir do 2º, cada termo corresponde ao triplo do termo que o antecede subtraído de 2 unidades.

Se o 4º termo dessa sequência vale 82, então o 1º termo é um número

- (A) menor que 2,5.
 (B) maior que 2,5 e menor que 3,5.
 (C) maior que 3,5 e menor que 4,5.
 (D) maior que 4,5 e menor que 5,5.
 (E) maior que 5,5.

13

Considere um quadrado $ABCD$. Sobre o lado AB , há um ponto P e, sobre o lado BC , há um ponto Q . A partir de P , traça-se o segmento PM paralelo ao lado BC do quadrado. De forma análoga, a partir de Q , traça-se o segmento QN paralelo ao lado AB do quadrado. R é o ponto de interseção entre os segmentos PM e QN de modo que $BPRQ$ é um quadrado.

Se a medida de DN é três vezes a medida de BP e a soma das medidas dos lados do retângulo $CQRM$ é 20 cm, então a medida em centímetros dos lados do quadrado $ABCD$ é um número

- (A) menor que 10,5.
 (B) maior que 10,5 e menor que 11,5.
 (C) maior que 11,5 e menor que 12,5.
 (D) maior que 12,5 e menor que 13,5.
 (E) maior que 13,5.

14

Os seis elementos de uma matriz formada por 2 linhas e 3 colunas são $\{1, 2, 3, 4, 5 \text{ e } 6\}$. As colunas são contadas da esquerda para a direita e as linhas, de cima para baixo.

Sabe-se que:

- a soma dos elementos da primeira coluna é 10;
- a soma dos elementos da segunda coluna é 5;
- a soma dos elementos da primeira linha é 8.

O elemento que ocupa a posição correspondente à segunda linha e à terceira coluna é

- (A) 1.
 (B) 2.
 (C) 3.
 (D) 4.
 (E) 5.

15

Paulo, Ricardo, Sílvio e Tales deram, nessa ordem, as seguintes declarações:

Paulo: "Eu sou professor".

Ricardo: "Paulo não é professor".

Sílvio: "Ricardo está mentindo".

Tales: "Sílvio falou a verdade".

A respeito dessas declarações, é possível que

- (A) todos estejam mentindo.
 (B) todos estejam falando a verdade.
 (C) Paulo e Ricardo estejam ambos mentindo.
 (D) Ricardo e Sílvio estejam ambos mentindo.
 (E) Sílvio e Tales estejam ambos mentindo.

16

Um número inteiro positivo menor do que 100, deixa resto 6 quando dividido por 7, deixa resto 7 quando dividido por 8. Sendo assim, esse número é divisível por

- (A) 17.
- (B) 15.
- (C) 13.
- (D) 11.
- (E) 10.

17

Em uma pesquisa feita com N corredores amadores, constatou-se que 20 nunca correram uma meia-maratona, 15 correram pelo menos 3 meias-maratonas e 55 correram, no máximo, 2 meias-maratonas.

N é um número

- (A) menor que 60.
- (B) maior que 60 e menor que 68.
- (C) maior que 68 e menor que 76.
- (D) maior que 76 e menor que 84.
- (E) maior que 84.

18

Entre Xavier, Vladimir e Zilmar, um deles tem cabelos castanhos, o outro tem cabelos ruivos e o terceiro, cabelos loiros. Os olhos também têm cores distintas sendo que um deles tem olhos castanhos, outro tem olhos verdes, e o terceiro, olhos azuis.

Xavier não tem olhos azuis. Quem tem olhos verdes não possui cabelos loiros. Zilmar não tem cabelos e nem olhos castanhos. Quem tem cabelos castanhos também tem olhos azuis.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) Xavier tem olhos castanhos.
- (B) Xavier tem cabelos ruivos.
- (C) Vladimir tem olhos verdes.
- (D) Vladimir tem cabelos loiros.
- (E) Zilmar tem olhos azuis.

19

Cento e vinte canetas foram distribuídas pelas 5 gavetas de uma escrivaninha. Na 1ª gaveta, foram colocadas 3 canetas a mais do que na 2ª gaveta. Na 3ª gaveta, foram colocadas 3 canetas a menos do que na 4ª gaveta. Na 5ª gaveta, foram colocadas 3 canetas a mais do que na 1ª gaveta. Na 2ª gaveta, foram colocadas 9 canetas a menos do que na 3ª gaveta.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) nenhuma gaveta contém 30 canetas.
- (B) nenhuma gaveta contém 28 canetas.
- (C) alguma gaveta contém 26 canetas.
- (D) nenhuma gaveta contém 24 canetas.
- (E) alguma gaveta contém 22 canetas.

20

Em uma modalidade esportiva, cada vez que um competidor qualquer vence seu adversário em uma partida, ele recebe 5 pontos por essa vitória. Quem sai derrotado de uma partida, perde 1 ponto. Se houver empate, ambos recebem 2 pontos.

Disputando 4 partidas, um competidor pode totalizar

- (A) 3 pontos negativos.
- (B) 0 ponto.
- (C) 12 pontos.
- (D) 14 pontos.
- (E) 18 pontos.

Legislação Municipal

21

Carlos, 21 anos, é servidor público municipal e pretende concorrer ao cargo de vereador, nas próximas eleições locais.

Consultou, então, a Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ e verificou que

- (A) é vedado ao vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município ou nela exerça função remunerada.
- (B) o Município de Macaé conta com 7 (dezessete) vereadores, que são eleitos pelo sistema majoritário.
- (C) o Vereador é inviolável no exercício do mandato, em todo o território nacional, por suas opiniões, atos, palavras e votos.
- (D) o servidor público investido no mandato de vereador será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- (E) é condição de elegibilidade para o mandato de vereador a idade mínima de 21 anos.

22

Acerca dos bens do Município, nos termos da Lei Orgânica de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Todos os bens públicos imóveis municipais são administrados pelo Poder Executivo Municipal.
- (B) Os bens do Município são prescritíveis, não podendo ser adquiridos por usucapião.
- (C) O Município poderá dar nome de pessoas vivas a bens públicos.
- (D) A alienação de bens móveis dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, sendo esta dispensada nos casos de doação e permuta.
- (E) A aquisição de bens imóveis por permuta dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

23

Ana, servidora pública municipal, é ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, há 4 (quatro) anos e de forma exclusiva.

Sobre o caso apresentado, nos termos da Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A investidura de Ana no cargo público se deu por meio de concurso público.
- (B) É assegurado à servidora o regime próprio de previdência social.
- (C) Ana adquiriu a estabilidade no cargo que ocupa.
- (D) À servidora aplica-se o regime geral de previdência social.
- (E) Ana só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

24

José, servidor público municipal, estável, foi demitido da função pública, em caráter punitivo, por infração disciplinar, após ser submetido a processo administrativo.

Em virtude da vacância do cargo, Carlos, que também é servidor público municipal estável, foi nomeado para ocupar o lugar de José. Ocorre que José, irrisignado com a decisão que culminou com a sua demissão, ajuizou uma ação judicial visando à invalidação do ato administrativo. Ao final, o pedido foi julgado procedente.

Diante de tais considerações, à luz da Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) José será reconduzido ao cargo; Carlos será reintegrado.
- (B) José será reintegrado ao cargo; Carlos será exonerado.
- (C) José será reconduzido ao cargo; Carlos ficará em disponibilidade.
- (D) José será reintegrado ao cargo; Carlos será reconduzido.
- (E) José ficará em disponibilidade; Carlos será exonerado.

25

Restou provado, mediante procedimento apuratório, que Luiz, servidor público municipal, retirou-se do serviço antes de findo o expediente normal, sem justificativa plausível.

Em razão disso, no que concerne à remuneração, nos termos da Lei Complementar nº 011/1998, o servidor não perceberá

- (A) a remuneração do dia.
- (B) metade da remuneração do dia.
- (C) 1/3 da remuneração do dia.
- (D) 1/4 da remuneração do dia.
- (E) 1/5 da remuneração do dia.

26

Luiz, servidor público municipal, foi afastado preventivamente das suas funções, uma vez que foi instaurado contra ele procedimento administrativo que apura a suposta prática de falta disciplinar, mas que não envolve malversação ou alcance de dinheiro ou valores públicos.

A autoridade competente julgou que a presença do servidor poderia influir na apuração da falta cometida.

Sobre a hipótese apresentada, nos termos da Lei Complementar que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo do afastamento preventivo será de até 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) O servidor afastado não perceberá o vencimento do cargo nem as vantagens permanentes.
- (C) O servidor não poderá ter direito à contagem de tempo de serviço correspondente ao período do afastamento preventivo.
- (D) O afastamento se prolongará até a decisão final do procedimento administrativo.
- (E) O afastamento preventivo é medida acautelatória e não constitui pena.

27

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ, assinale a opção que indica uma atribuição que compete privativamente à Câmara Municipal, sem a sanção do Prefeito.

- (A) Autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas.
- (B) Aprovar a autorização de empréstimo de interesse do Município.
- (C) Autorizar a concessão de auxílios e subvenções.
- (D) Dispor quanto aos bens de domínio público.
- (E) Aprovar o Plano Diretor.

28

Considerando o que a Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ prevê sobre os servidores públicos municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) É assegurado aos beneficiários de servidor público municipal que vier a falecer na vigência do vínculo laboral, o recebimento, em 5 (cinco) dias, a título de auxílio-funeral, da quantia equivalente ao último salário por ele percebido.
- (B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (C) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social.
- (D) É assegurado ao servidor público municipal o recebimento de 2 (dois) salários-base a título de auxílio-funeral, por falecimento de qualquer dependente.
- (E) É possível a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime.

29

João, servidor público municipal, precisa afastar-se de suas funções para acompanhar o tratamento de saúde de sua esposa, paciente oncológica, que está internada em um município distante.

Sobre o caso, considerando o previsto na Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A licença ao servidor será concedida mediante comprovação por junta médica oficial, sem prejuízo de sua remuneração e das demais vantagens do cargo.
- (B) A licença será concedida pelo período de 90 (noventa) dias, prorrogável por até mais 30 (trinta) dias, desde que comprovada a necessidade da permanência da assistência.
- (C) O servidor não perceberá a remuneração quando o afastamento ultrapassar 120 (cento e vinte) dias.
- (D) O benefício, em hipótese alguma, durante o vínculo funcional do servidor para com a municipalidade, poderá exceder aos 120 (cento e vinte) dias.
- (E) O servidor, terminado o prazo do benefício concedido, deverá se apresentar ao serviço, independentemente de qualquer comunicação da Administração Pública Municipal.

30

Consoante a Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público municipal deverá promover a sua apuração imediata, por meio de sindicância ou inquérito administrativo.

Acerca do processo administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sindicância ou apuração sumária poderá ensejar dois resultados: o arquivamento dos autos ou a aplicação de pena de advertência.
- (B) O cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito.
- (C) O inquérito deverá estar concluído no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega dos autos à Comissão, prorrogáveis por igual período em caso de força maior.
- (D) A não observância dos prazos previstos para a conclusão do inquérito acarretará nulidade do processo.
- (E) Recebidos os autos pela autoridade competente, no prazo de 20 (vinte) dias, deverá decidir-se à vista dos fatos apurados pela Comissão, ficando vinculado às conclusões do relatório.

Noções de Direito Previdenciário

31

De acordo com o Art. 194 da Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Um dos princípios constitucionais da Seguridade Social é a diversidade da base de financiamento. Além das fontes normais de arrecadação, nada impede que outras sejam instituídas pela União, desde que o faça mediante

- (A) Lei Complementar.
- (B) Lei Ordinária.
- (C) Emenda Constitucional.
- (D) Medida Provisória.
- (E) Decreto Autônomo.

32

A Lei Complementar 138/09 do Município de Macaé dispõe, em seu Art. 2º, vários princípios que devem ser obedecidos. Entre eles há o inciso IV, que preconiza a *“inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total”*.

Assinale a opção que apresenta a denominação desse instituto jurídico.

- (A) Princípio da Moralidade.
- (B) Princípio da Impessoalidade.
- (C) Regra de Contrapartida.
- (D) Regra de Noventena.
- (E) Princípio da Anterioridade.

33

Dependentes previdenciários são as pessoas que vivem sob a dependência econômica do segurado e que serão seus beneficiários.

A Lei Complementar nº 138/2009 do Município de Macaé dispõe acerca dos beneficiários do segurado para fins de concessão de alguns benefícios pelo Instituto de Previdência Social do Município de Macaé.

Assinale a opção que contempla, à luz da legislação citada, uma pessoa que pode ser considerada beneficiária.

- (A) Filho inválido do segurado, somente até completar 24 anos de idade.
- (B) Companheiro da segurada, mesmo depois que desfaça a união estável e não tenha direito a alimentos.
- (C) Filho casado do segurado, até 24 anos de idade, que está cursando ensino superior oficial.
- (D) Filha solteira do segurado, até 24 anos de idade, sem atividade remunerada.
- (E) Filha solteira adotiva da segurada, até 18 anos de idade.

34

Roger foi aprovado, em 2024, no concurso público para Analista Previdenciário da entidade MACAEPREV.

Das parcelas abaixo indicadas, que constam do contracheque de Roger, assinale aquela que é considerada como base de cálculo para fins de custeio do sistema Próprio de Previdência do Município de Macaé e, portanto, sobre ela haverá contribuição previdenciária.

- (A) Adicional de caráter individual.
- (B) Diárias.
- (C) Ajuda de custo.
- (D) Auxílio alimentação.
- (E) Reembolso de despesas.

35

Os jovens irmãos João e Pedro eram digitadores na mesma empresa privada, sendo que ambos foram contratados no ano de 2020.

Em 2024, João foi acometido por LER (Lesão por Esforço Repetitivo), que foi reconhecida como doença ocupacional, e Pedro sofreu um acidente automobilístico muito grave em viagem de férias. Ambos foram considerados inválidos pelo INSS, e, então, aposentados por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez).

Sobre os fatos narrados, considerando a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) João e Pedro receberão a título de aposentadoria 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição, porque vítimas de acidentes.
- (B) Somente João receberá, a título de aposentadoria, 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição.
- (C) Ambos terão a aposentadoria calculada na razão de 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição.
- (D) João receberá, a título de aposentadoria, 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição.
- (E) Somente Pedro receberá, a título de aposentadoria, 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição.

36

Carla era assistente administrativo em uma empresa privada há 5 anos.

Após dedicar-se intensamente aos estudos, ela logrou aprovação no concurso público para analista previdenciário da entidade MACAEPREV. Radiante com a boa notícia, Carla iniciou os procedimentos visando à sua posse, e agora tem dúvida se os 5 anos que contribuiu para o Regime Geral de Previdência Social poderão ser aproveitados em seu novo cargo público. Diante da situação e da Lei de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é previsto em Lei a contagem de tempo de contribuição de um regime previdenciário em outro.
- (B) Será possível contabilizar 50% do tempo de contribuição do RGPS para o regime próprio de previdência social.
- (C) A contagem recíproca do tempo de contribuição entre os regimes previdenciários é garantida, mas com um redutor denominado “pedágio”.
- (D) É assegurada, integralmente, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e o regime próprio de previdência social.
- (E) Será possível contabilizar o dobro do tempo de contribuição do RGPS para o regime próprio de previdência social.

37

O regime de previdência privada é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

As opções a seguir, apresentam características do regime de previdência privada, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) É facultativo.
- (B) É regulado por lei complementar.
- (C) É organizado de forma autônoma.
- (D) Tem caráter complementar.
- (E) Existe apenas na modalidade aberta.

38

Helena está recebendo valor referente a auxílio-acidente e foi encaminhada pelo INSS para a reabilitação profissional em virtude de sequelas definitivas que teve após sofrer um acidente.

Sobre a situação retratada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Helena está recebendo 2 benefícios previdenciários.
- (B) Helena está recebendo 2 serviços previdenciários.
- (C) Helena está recebendo 1 benefício e 1 serviço previdenciários.
- (D) Helena está recebendo parcelas da Assistência Social.
- (E) Helena está recebendo prestações da Saúde.

39

Rogério trabalhava como polidor em um lava-jato localizado em Imbetiba, bairro de Macaé. Rogério veio a falecer em um acidente de automóvel e deixou uma companheira, com quem mantinha união estável há 10 anos, e 2 filhos, com idades de 8 e 5 anos, sendo que o filho mais velho tem deficiência intelectual.

Assinale a opção que indica o percentual da pensão por morte que os dependentes receberão.

- (A) Uma cota familiar de 50% + 10% por dependente, totalizando 80%.
- (B) Uma cota familiar de 60% + 15% por cada filho, totalizando 90%.
- (C) No caso apresentado será pago 100%.
- (D) Uma cota inicial de 60% acrescido de 2% a cada ano que ultrapassar 20 anos de contribuição do finado.
- (E) Será pago 60% para cada um dos dependentes.

40

Rosane conseguiu seu primeiro emprego em 2021, em uma atividade que, pelas suas características, confere direito à aposentadoria especial após vinte anos de contribuição.

Imaginando que Rosane permanecerá nesse emprego nos próximos vinte anos, assinale a opção correta acerca da idade mínima que Rosane precisará ter para conseguir a aposentadoria especial.

- (A) 55 anos de idade.
- (B) 62 anos de idade.
- (C) 60 anos de idade.
- (D) 58 anos de idade.
- (E) Não há idade mínima.

Conhecimentos Específicos

41

Sobre o controle de constitucionalidade de norma municipal, é **incorreto** afirmar que

- (A) cabe controle via ação direta de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) cabe controle via ação direta de inconstitucionalidade perante o pleno do Tribunal de Justiça local.
- (C) cabe controle via arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (D) cabe controle incidental e difuso em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público.
- (E) o parâmetro de controle poderá ser a Constituição estadual ou a Constituição da República.

42

De acordo com a Constituição Federal são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Acerca do controle de constitucionalidade da norma exercido pelo chefe do poder executivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle não é permitido em razão do princípio da separação de poderes.
- (B) O controle pode ser exercido por meio do veto e com a legitimidade para o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- (C) O chefe do Poder Executivo pode deixar de aplicar lei por julgá-la inconstitucional.
- (D) O controle pode ser exercido com a participação na Comissão de Constituição e Justiça no curso do processo legislativo.
- (E) O Chefe do Poder executivo pode sustar ato ou lei que entenda inconstitucional via decreto.

43

De acordo com a Constituição Federal, as comissões parlamentares de inquérito, terão alguns poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), seus requisitos e seus limites, é correto afirmar que

- (A) tem poder de realizar interceptação telefônica.
- (B) tem o poder de decretar a quebra de sigilo de dados telefônicos.
- (C) pode ser criada mediante requerimento de dois terços dos membros do Poder Legislativo.
- (D) pode ser criada para a apuração de fato, ainda que indeterminado, desde que com prazo certo.
- (E) suas conclusões devem ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, para que promova a responsabilização dos infratores.

44

A Constituição prevê que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. Sobre a organização do Estado, é correto afirmar que

- (A) no âmbito da legislação privativa, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados e aos Municípios a sua suplementação.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (C) os Estados podem incorporar-se entre si, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo.
- (D) é assegurada apenas à União a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.
- (E) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

45

Vagando o cargo de chefia do Poder Executivo, em decorrência de causas não eleitorais, compete ao Estado deliberar sobre o processo de escolha para substituição da aludida função.

Em relação ao tema, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) tal espaço de conformação não é ilimitado, havendo obrigatoriedade de realização de novas eleições indiretas, em observância aos princípios democrático e republicano.
- (B) é constitucional norma estadual que prevê o preenchimento, de forma definitiva, dos cargos de Governador e Vice-Governador pelo Presidente da Assembleia Legislativa e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, sucessivamente, em caso de dupla vacância nos últimos doze meses do mandato executivo.
- (C) é inconstitucional norma estadual que prevê o preenchimento, de forma definitiva, dos cargos de Governador e Vice-Governador pelo Presidente da Assembleia Legislativa e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, sucessivamente, em caso de dupla vacância nos últimos doze meses do mandato executivo
- (D) tal espaço de conformação não é limitado, mostrando-se compatível com o modelo constitucional a opção pela integral supressão de processo eleitoral. Não obrigatoriedade de realização de novas eleições.
- (E) tal espaço de conformação não é ilimitado, havendo obrigatoriedade de realização de novas eleições diretas, em observância aos princípios democrático e republicano.

46

Acerca dos instrumentos de democracia participativa previstas na Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) Existe previsão constitucional de Orçamento Participativo, que é obrigatório em âmbito municipal.
- (B) É autorizada a iniciativa popular de projetos de lei de interesse do Município, mediante manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- (C) Não são considerados majoritariamente pela doutrina como limites materiais do Poder de Reforma.
- (D) É exigido referendo para a criação, fusão e desmembramento de município.
- (E) É possível lei de iniciativa popular que trate de matéria iniciativa reservada ao chefe do poder executivo.

47

Segundo a Constituição da República, compete ao Supremo processar e julgar, originariamente, a Reclamação para a *preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões*. Sobre o tema, e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) o esgotamento das instâncias ordinárias não é pressuposto para o seu cabimento.
- (B) é cabível quando combate acórdão transitado em julgado.
- (C) é cabível para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante.
- (D) não é cabível para garantir a observância de decisão em controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) é cabível para garantir a observância de acórdão de Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida.

48

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, da forma qualificada na Constituição da República, serão equivalentes às emendas constitucionais. Sobre o tema e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) não será cabível realizar o controle de constitucionalidade de tratado internacional.
- (B) não será cabível realizar o controle de legalidade de tratado internacional.
- (C) norma de tratado internacional não poderá modificar norma originária da Constituição da República.
- (D) controle de convencionalidade é o controle de constitucionalidade do tratado internacional.
- (E) tratado internacional poderá servir de parâmetro de controle de constitucionalidade.

49

Sobre os Princípios Constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que

- (A) não é legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa.
- (B) é constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.
- (C) a nomeação de parente, por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na administração pública indireta, dos Municípios, não viola o princípio da moralidade.
- (D) é constitucional o ato normativo que concretiza a aplicação dos princípios da Administração Pública às entidades qualificadas como organizações sociais.
- (E) cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

50

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal. Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados em face de acusação contra o Presidente da República deverá ser posterior a análise pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) o Presidente ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias e o julgamento não estiver concluído.
- (C) deve ser admitida a acusação contra o Presidente da República, pela maioria da Câmara dos Deputados.
- (D) o Presidente será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (E) não é exigida a admissão, pelo Legislativo, da acusação criminal contra o chefe do Executivo, quando já encerrado o mandato do acusado.

51

João pretende escrever um artigo científico que demanda a utilização de dados sensíveis de terceiros pessoas. Dessa forma, para evitar problemas futuros, ele consultou a legislação que versa sobre o tratamento de dados pessoais, informando-se adequadamente sobre a temática.

Sobre o tratamento de dados pessoais, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) Será realizado para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- (B) Será realizado para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- (C) Será realizado para a realização de estudos por órgão de pesquisa, vedando-se, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- (D) Será realizado para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- (E) Será realizado para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

52

Caio, particular, apresentou pedido de acesso à informação a determinado órgão público no Município de Macaé, por meio legítimo, constando a sua identificação, além da especificação da informação postulada.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se não for autorizado o acesso de Caio, por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de ingressar, em juízo, com uma ação judicial, questionando a decisão administrativa.
- II. Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão público poderá oferecer meios para que Caio possa pesquisar a informação de que necessitar.
- III. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, ainda que não haja anuência de Caio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

53

O Município de Macaé publicou edital de licitação, com a finalidade de celebrar posterior contrato administrativo, cujo objeto envolverá serviços comuns e especiais de engenharia. Registre-se que, na licitação, será adotado o critério de julgamento do maior desconto.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, o Município de Macaé deverá

- (A) combinar o diálogo competitivo e a concorrência, as quais serão adotadas, em conjunto, como modalidades de licitação.
- (B) combinar o diálogo competitivo e o pregão, os quais serão adotadas, em conjunto, como modalidades de licitação.
- (C) combinar o pregão e a concorrência, as quais serão adotadas, em conjunto, como modalidades de licitação.
- (D) adotar o diálogo competitivo como modalidade de licitação.
- (E) adotar a concorrência como modalidade de licitação.

54

O Presidente da República tomou ciência de que, em observância às normas constitucionais, o Poder Executivo em âmbito federal seria objeto de fiscalização externa contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto a aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Sobre o controle externo da União e das entidades da administração direta e indireta, considerando as disposições da Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ficará a cargo do Congresso Nacional, e será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Ficará a cargo da Câmara dos Deputados, e será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) É de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, e será exercido com o auxílio do Congresso Nacional.
- (D) Será realizado pelo Senado Federal, e será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) É competência do Tribunal de Contas da União, e será exercido com o auxílio do Senado Federal.

55

Após o recebimento de denúncia anônima, João e Maria, agentes públicos ocupantes de cargos efetivos no âmbito do Município de Macaé, compareceram à sede da sociedade empresária XYZ.

No local, os referidos servidores públicos constataram que a entidade estava funcionando de forma irregular, sem qualquer conhecimento da municipalidade. Verificou-se, ainda, que havia risco concreto e iminente de desabamento do prédio, pois a construção fora realizada de forma amadora, em área pantanosa. Nesse contexto, João e Maria, sem prévia manifestação do Poder Judiciário, interditaram o estabelecimento comercial.

Sobre a conduta dos agentes públicos, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Atuaram de forma irregular, pois a autoexecutoriedade do poder de polícia não legitima a interdição do estabelecimento comercial sem a prévia manifestação do Poder Judiciário.
- (B) Procederam de forma irregular, pois a coercibilidade do poder hierárquico não legitima a interdição do estabelecimento comercial sem a prévia manifestação do Poder Judiciário.
- (C) Agiram de forma regular, com base na coercibilidade do poder hierárquico.
- (D) Atuaram de forma regular, com base na autoexecutoriedade do poder disciplinar.
- (E) Agiram de forma regular, com base na autoexecutoriedade do poder de polícia.

56

O Município de Macaé, acolhendo pedido formulado por João, particular, autorizou o uso privativo de bem público, por meio do fechamento temporário de determinada rua para a realização de festa junina aberta à população em geral.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Município de Macaé editou um ato administrativo

- (A) de controle, de natureza discricionária.
- (B) negocial, de natureza discricionária.
- (C) enunciativo, de natureza vinculada.
- (D) ordinatório, de natureza vinculada.
- (E) normativo, de natureza vinculada.

57

A entidade privada ABC, em virtude de vínculo com o Município de Macaé, detinha informações de caráter público, sem hipótese legal de sigilo. Contudo, a referida pessoa jurídica deixou de observar a legislação que versa sobre o acesso à informação.

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, além da advertência e da multa, a entidade privada ABC estará sujeita, em tese, a outras sanções.

Avalie se tais sanções incluem:

- I. Rescisão do vínculo com o poder público.
- II. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a um ano.
- III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

A fundação estatal de direito público XYZ, qualificada, em observância às formalidades legais, como agência executiva, pretende celebrar contrato administrativo, avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a realização de obras e serviços de engenharia em sua sede, localizada no Município de Macaé.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caso seja constatada fraude em eventual contratação direta firmada pela fundação estatal de direito público XYZ, o contratado e o agente público responsável responderão subsidiariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- II. Celebrada a contratação direta, esta será preferencialmente paga por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- III. A licitação, no caso apresentado, é dispensável, autorizando-se a contratação direta por parte da fundação estatal de direito público XYZ.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

59

Matheus e Luiz participaram de um curso de capacitação organizado pelo Município de Macaé. Registre-se que Matheus é ocupante de um cargo público no âmbito da autarquia municipal ABC. Por sua vez, Luiz atua junto à Secretaria de Saúde municipal.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, a autarquia municipal ABC

- (A) é uma pessoa jurídica de direito privado, sendo uma manifestação da desconcentração administrativa. Por sua vez, a Secretaria de Saúde municipal, na qualidade de pessoa jurídica de direito público, é fruto da descentralização administrativa.
- (B) é pessoa jurídica de direito público, sendo uma manifestação da desconcentração administrativa; a Secretaria de Saúde municipal, na qualidade de órgão público, é fruto da descentralização administrativa.
- (C) é pessoa jurídica de direito público, sendo uma manifestação da descentralização administrativa; a Secretaria de Saúde municipal, na qualidade de órgão público, é fruto da desconcentração administrativa.
- (D) e a Secretaria de Saúde municipal são pessoas jurídicas de direito público, sendo manifestações da desconcentração administrativa.
- (E) e a Secretaria de Saúde municipal são pessoas jurídicas de direito público, sendo manifestações da descentralização administrativa.

60

A sociedade empresária XYZ obteve, junto à Prefeitura de Macaé, licença para construir determinado edifício na Praia dos Cavaleiros, com a fixação de condições atreladas à altura e ao número máximo de andares da edificação, em observância à legislação local.

Nesse contexto, em posterior fiscalização de rotina, agentes públicos da municipalidade constataram que a entidade iniciou a construção do prédio em desconformidade com a legislação local e com as condições fixadas pela Administração Pública.

Nesse cenário hipotético, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a licença obtida pela sociedade empresária XYZ será objeto de

- (A) revogação, modalidade de extinção do ato administrativo por manifestação de vontade da Administração.
- (B) revogação, modalidade de extinção do ato administrativo por manifestação de vontade do particular.
- (C) anulação, modalidade de extinção do ato administrativo por manifestação de vontade da Administração.
- (D) cassação, modalidade de extinção do ato administrativo por manifestação de vontade da Administração.
- (E) anulação, modalidade de extinção do ato administrativo por manifestação de vontade do particular.

61

A Lei XYZ, promulgada em 08 de novembro de 2024, estabeleceu novas regras para a rescisão de contratos imobiliários devido ao não pagamento pelo comprador, porém, não determinou o início de sua vigência.

A sociedade empresária *Ambrósio Empreendimentos Imobiliários Ltda.* celebrou diversos contratos ao longo de outubro e novembro do presente ano em virtude do lançamento do *Empreendimento Bosque Mineiro* e, com dúvidas a respeito da eficácia da norma, procurou renomada advogada em busca de consulta jurídica.

Acerca da aplicação da lei no tempo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante da omissão a respeito do início da vigência, a Lei XYZ entra em vigor na data de sua publicação.
- (B) Por força da função social, a nova lei atinge os efeitos já consumados dos contratos celebrados anteriormente à sua vigência.
- (C) A nova lei pode modificar situações jurídicas já consolidadas, quando vantajosa para o consumidor.
- (D) A nova lei deve respeitar o ato jurídico perfeito, que vem a ser o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- (E) A retroatividade da lei nova é garantida, salvo se houver violação à coisa julgada.

62

Natália Santiago, moradora e proprietária de uma das unidades autônomas que compõem o Condomínio *Serra Encantada*, é ré em uma ação monitória promovida por instituição de ensino superior. No curso do processo, foi expedida carta citatória, cujo aviso de recebimento foi recebido por funcionário do Condomínio, conforme prova documental, que por descuido não a entregou à Natália, que se tornou revel no feito judicial.

Incrédula com o ocorrido, ela procurou um advogado com o propósito de saber sobre a possibilidade de ser ressarcida pelos danos sofridos.

A respeito do tema responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Condomínio responde objetivamente pelos eventuais danos praticados pelo seu funcionário e sofridos por Natália.
- (B) A responsabilidade civil do Condomínio por eventuais danos sofridos pelo condômino depende de previsão expressa na convenção.
- (C) Eventuais prejuízos sofridos pelo condômino necessitam de comprovação dolo ou culpa do Condomínio.
- (D) Em razão do condômino ser parte integrante da comunidade condominial, qualquer dano sofrido por ele gera a irresponsabilidade do Condomínio.
- (E) O Condomínio, por não ter personalidade jurídica, não se equipara ao empregador para fins de responsabilidade civil por ato dos empregados.

63

Maria Cristina e Cláudia Renata, únicas sócias do *Restaurante Sol da Macaxeira Ltda.*, com sede em Macaé, RJ, decidiram voluntariamente dissolver a sociedade.

Considerando a complexidade da situação, elas procuram uma advogada desejando um parecer a respeito do caso.

Sobre a hipótese apresentada, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos casos de dissolução voluntária da pessoa jurídica, durante a fase de liquidação, não subsiste a personalidade jurídica.
- (B) A extinção da personalidade por dissolução voluntária se concretiza após a promoção do cancelamento da inscrição respectiva perante o órgão competente.
- (C) Dissolvida a sociedade, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas as quotas, será destinado à entidade de fins semelhante.
- (D) A dissolução de uma sociedade é da competência exclusiva da Assembleia-Geral, que deverá convocar os credores a fim da elaboração do quadro-geral.
- (E) A dissolução consensual da sociedade põe fim imediatamente à personalidade, devendo o registro, se ocorrer, ter a natureza declaratória.

64

Gregório Dias, 83 anos, e Lygia Quintana, 77 anos, vivem sozinhos em seus respectivos apartamentos no Condomínio *Floresta Encantada*, em Cabo Frio, RJ.

Lygia é aposentada como servidora pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; já Gregório percebe um benefício da seguridade social, que se encontra em atraso. Seu único filho, que é um bem-sucedido empresário, vai visitá-lo esporadicamente, sem contribuir financeiramente para o sustento do pai. Diferente é a situação de Lygia, cujos filhos prestam assistência plena à mãe.

No último domingo, Gregório e Lygia sofreram um acidente em uma das ruas do bairro. As sequelas do acidente levaram à necessidade de cuidado profissional por vinte e quatro horas durante a internação hospitalar e, posteriormente, domiciliar por prazo indeterminado, além de alimentação especial.

A situação tornou-se grave para Gregório, que não tem condições de custear as novas despesas.

Sobre a hipótese apresentada, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Gregório e Lygia, devido à idade, durante a internação hospitalar, têm prioridade especial em relação às demais pessoas idosas internadas.
- (B) Como o filho de Gregório não presta assistência, o dever de prover o cuidado profissional domiciliar e os alimentos será exclusivo do Estado do Rio de Janeiro.
- (C) Lygia, enquanto estiver internada, durante o período diurno, tem direito a acompanhante, que não poderá pernoitar no hospital.
- (D) Gregório poderá exigir judicialmente na forma da lei civil alimentos de seu filho, sendo que seu processo terá prioridade especial.
- (E) Os maiores de oitenta anos, como é o caso de Gregório, são considerados relativamente incapazes, devendo ser assistidos na hipótese de internação hospitalar.

65

No dia 10 de outubro de 2020, Frida Hayek, vítima de um acidente de trânsito ocorrido no centro da cidade de Macaé, RJ, causado pelo motorista da sociedade empresária *Transporte Alegria Ltda.*, promoveu ação por perdas e danos, ocorrendo em 15 de março de 2021 o despacho ordenando a citação, que transcorreu em 02 de julho de 2021.

Em fevereiro de 2022, Frida faleceu deixando sua filha, Cláudia, com cinco anos de idade, sua única herdeira, que se habilitou, por meio de representação de seu genitor, nos autos processuais, sucedendo à mãe no processo. A sentença foi proferida em agosto de 2023, condenando a ré ao pagamento de indenização, sem interposição de recursos pelas partes.

Apesar do devido início do cumprimento de sentença, a sociedade empresária recusa-se a pagar e a autora tem dificuldade na busca de bens penhoráveis.

Sobre a situação hipotética apresentada, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A citação da ré interrompe a prescrição, que recomeçará a correr após o trânsito em julgado da sentença.
- (B) A prescrição estará suspensa durante a incapacidade de Cláudia, retornando a contagem com a maioria ou a emancipação.
- (C) A pretensão de reparação civil prescreve em cinco anos a contar do ato ilícito ou da cessação do dano.
- (D) Na prescrição intercorrente, será cumprido o mesmo prazo prescrição, observadas as causas de impedimento e de suspensão da prescrição.
- (E) A inexistência de bens penhoráveis suspende o prazo da prescrição intercorrente, devendo recomeçar quando forem encontrados.

66

Virgília adquiriu, em março de 2021, um imóvel de Helena mediante contrato de compra e venda com pagamento integral do preço no ato da escritura pública. Dois meses após a celebração da escritura, houve a imissão na posse e verificou-se que Helena agiu com dolo essencial acerca das condições do imóvel. Apesar disso, Helena permaneceu inerte, apenas procurando uma advogada na última sexta-feira.

Diante da situação hipotética narrada e com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta acerca do prazo prescricional ou decadencial.

- (A) O prazo prescricional para pleitear a anulação na compra e venda por dolo é de dois anos, a contar do dia da imissão na posse.
- (B) O prazo decadencial para pleitear a anulação na compra e venda por dolo é de dois anos, a contar do dia da imissão na posse.
- (C) O prazo prescricional para pleitear a anulação na compra e venda por dolo é de quatro anos, a contar do dia da imissão na posse.
- (D) O prazo decadencial para pleitear a anulação na compra e venda por dolo é de quatro anos, a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (E) Inexiste prazo decadencial ou prescricional para o dolo, em virtude da nulidade absoluta.

67

A sociedade empresária *ABC Energia Ltda.*, com sede em Petrópolis, RJ, necessita elaborar balanço patrimonial na busca de novos investidores para expansão territorial de suas atividades.

Durante a concepção, surgiu dúvida acerca da natureza dos bens integrantes de seu patrimônio, principalmente, a energia, o rebanho e as construções. Diante disso, a sociedade empresária contratou um advogado civilista na busca de um parecer jurídico.

Sobre a situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) As energias eólica e solar, ambas com valor econômico, são consideradas bem imóvel por força da lei.
- (B) A construção de um novo andar no prédio sede da sociedade empresária é categorizada como bem móvel por natureza.
- (C) O rebanho, localizado em uma das fazendas da sociedade empresária, é identificado como bem móvel na condição de semovente.
- (D) Os créditos a receber da locação de bens imóveis da sociedade empresária são classificados como bens imóveis por força da lei.
- (E) A marca da sociedade empresária ABC é considerada bem imóvel por força da lei, tendo a natureza de direito real.

68

A Clínica de Saúde *Vita Plenus Ltda.*, considerada pequena empresa, adquiriu um sofisticado equipamento de diagnóstico por imagem, além da respectiva licença de *software*, da sociedade empresária *Tecno Saúde S.A.*, líder do mercado. O contrato ocorreu com a intervenção da instituição financeira *Banco Sol S.A.*, que financiou o negócio jurídico por meio da alienação fiduciária.

Durante a instalação do equipamento, um problema técnico grave resultou na inutilização do aparelho, interrupção prolongada dos serviços da clínica, e vazamento de dados de alguns clientes.

Diante do ocorrido, a Clínica de Saúde procurou advogada civilista na busca de parecer jurídico acerca do ocorrido, visto que a empresa atribui responsabilidade exclusivamente ao fabricante do equipamento.

Em relação à situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A teoria finalista mitigada permite a aplicação do Código de Defesa do Consumidor quando o destinatário final do produto está em vulnerabilidade.
- (B) A relação jurídica consumerista forma-se entre o fabricante e o consumidor, gerando responsabilidade subsidiária do vendedor em caso de vício do produto.
- (C) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao vazamento de dados, visto ser regulado integral e exclusivamente pela Lei Geral de Proteção de Dados.
- (D) A relação jurídica entre cliente e instituição não é regida pelo Código de Defesa do Consumidor, que se submete às diretrizes do Banco Central.
- (E) As relações privadas de saúde não são regidas pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo regidas pelas normas das Agências Reguladoras.

69

A sociedade empresária *Barreira Sem Tech Ltda.*, com sede administrativa em Campinas, SP, possui filiais em diversas cidades brasileiras, incluindo Ribeirão Preto, Uberlândia, Campo Grande e Belo Horizonte. A sociedade empresária tem diversos contratos administrativos, entre eles, com o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Macaé.

A respeito do domicílio das pessoas jurídicas, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O domicílio da sociedade empresária *Barreira Sem Tech* é necessariamente o município de Campinas, sede administrativa.
- (B) O Município de Macaé tem por domicílio a residência oficial do Prefeito.
- (C) A pessoa jurídica, com diversos estabelecimentos, terá como domicílio legal o local do primeiro estabelecimento registrado.
- (D) O Código Civil fixa a capital como domicílio do Estado-membro da federação brasileira.
- (E) O domicílio da pessoa jurídica de direito privado é a sede do órgão competente para o registro do ato constitutivo.

70

A sociedade empresária *Turismo Feliz Ltda.*, localizada em Pouso Alegre, MG, organizou excursão para Caraguatatuba, SP. A viagem consistia em turismo no litoral paulista durante um final de semana, incluindo hospedagem e transporte, realizado com veículo próprio da sociedade empresária.

No último domingo, ao retornar à cidade mineira, o ônibus de turismo, operado pelo *Turismo Feliz*, sofre um acidente grave devido a uma falha mecânica não detectada em uma revisão periódica. No acidente, além dos passageiros, dois pedestres são atingidos, sofrendo graves lesões físicas. Diante da situação, as vítimas procuram advogado mineiro especializado em relações consumeristas, na busca de parecer jurídico.

Acerca da situação concreta, assinale a afirmativa correta.

- (A) A relação de consumo ocorre somente entre o prestador de serviço e os destinatários finais do produto, que são os passageiros do ônibus.
- (B) A responsabilidade da *Turismo Feliz* deriva do fato do serviço, sendo os dois pedestres considerados como consumidores.
- (C) O Código de Defesa do Consumidor só se aplica aos consumidores diretos e às pessoas determinadas na relação contratual.
- (D) O enquadramento dos passageiros como consumidores depende de prova inequívoca de os usuários do serviço terem sido conjuntamente vitimados.
- (E) A inversão do ônus da prova não se aplica aos passageiros, pois não são considerados consumidores, por falta de relação jurídica contratual entre eles e a sociedade empresária.

Realização

